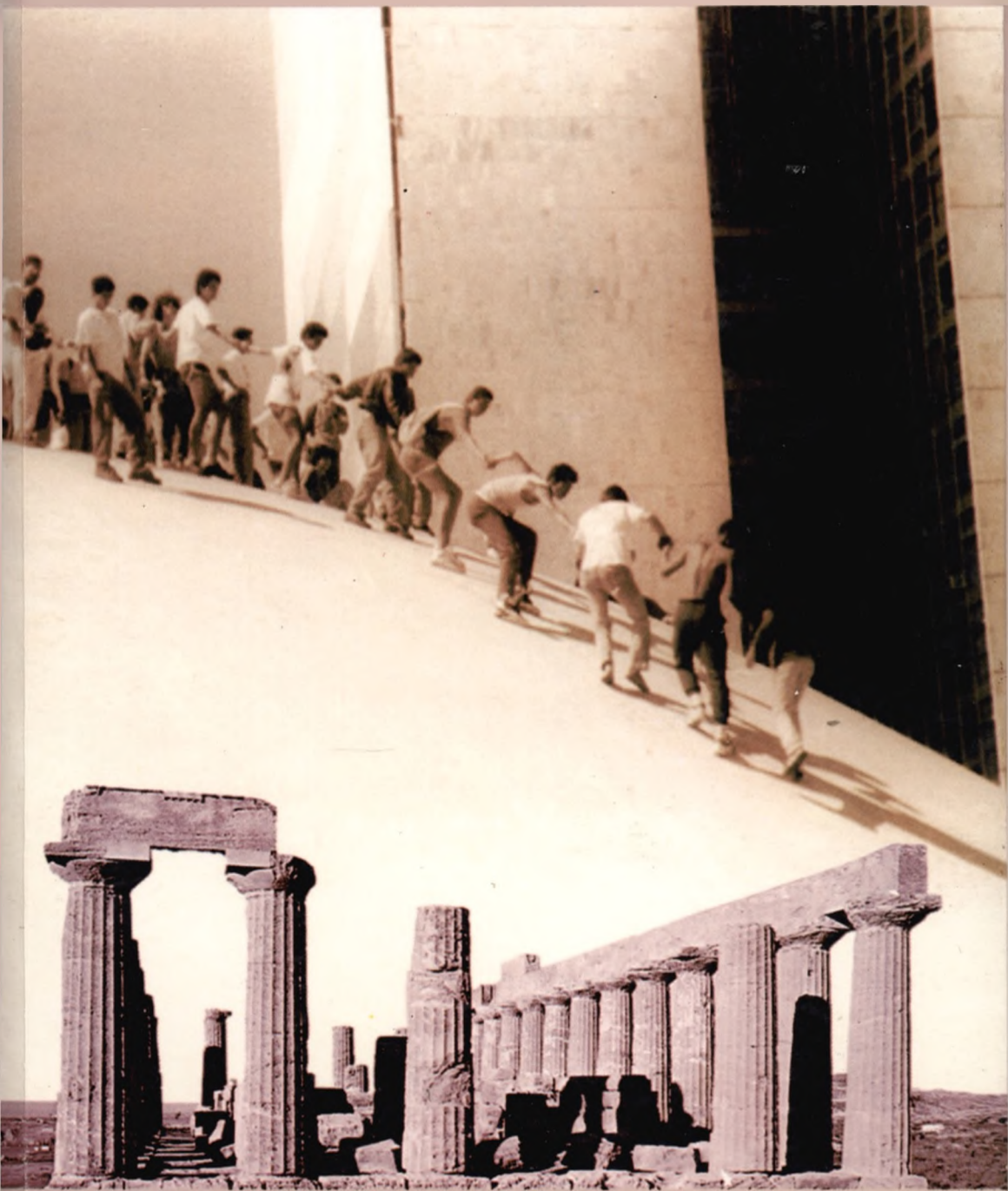


# *democracia* a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

---

**DEMOCRACIA  
A GRANDE REVOLUÇÃO**



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

João Claudio Todorov

*Vice-Reitor*

Erico Paulo Siegmar Weidle

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

# DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA  
  
UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:  
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar  
70.300-500 - Brasília - DF  
FAX: (061) 225-5611

*Copyright* © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

*Impresso no Brasil*

EDITORES

**TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES**

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

**TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES**

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

**SONJA SAMPAIO**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

**LUÍZA MARIA ROCHA NERY**

CAPA

**FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA**

SUPERVISÃO GRÁFICA

**ELMANO RODRIGUES PINHEIRO**

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383      Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.  
II. Título.

CDU 32  
321.7

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

## **Introdução**

*Democracia: a grande revolução, 11*

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

## **I - A construção da democracia**

*A revitalização da arte da política, 15*

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

## **II - Democracia: das origens à modernidade**

*Celebrando 2.500 anos de democracia, 31*

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

*A evolução da democracia representativa, 37*

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

## **III - Democracia no século XXI**

*O desafio da equidade, 43*

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

*Debatedores*

*Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61*

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

*Democracia com equidade: um direito?, 67*

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

#### **IV - Democracia na Ibero-América**

*O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73*

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

*O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83*

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

*Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95*

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

*Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109*

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

*Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121*

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

*Formação da democracia na Colômbia, 133*

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

#### **V - Democracia no Pós-Comunismo**

*A política no pós-comunismo, 145*

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

*A evolução política e constitucional da Polônia, 149*

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

*Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159*

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

*Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165*

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

*Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173*

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil



## APRESENTAÇÃO

*Hermes Zaneti*  
*Coordenador do Projeto Constituição*

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori<sup>1</sup> faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori<sup>2</sup> que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski<sup>3</sup>:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

---

<sup>1</sup> Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*: 24.

<sup>3</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.<sup>4</sup> Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos<sup>5</sup>.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington<sup>6</sup>, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

---

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*: 58.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*: 12.

<sup>6</sup> Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,<sup>7</sup> “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

---

<sup>7</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

## IV - DEMOCRACIA NA IBERO-AMÉRICA

### O VALOR DA DEMOCRACIA COMO SISTEMA NA AMÉRICA LATINA: A EXPERIÊNCIA VENEZUELANA

*Rafael Caldera*  
*Presidente da República da Venezuela*

Sinto uma grande responsabilidade, ao vir à Universidade de Brasília para conversar com os senhores, ao ser solicitado a dissertar sobre um assunto tão atual, tão controvertido, tão importante, tão cheio de arestas, de problemas e de significações como é o tema da democracia na América Latina.

Esse tema é de raízes profundas, e ao ler o título da palestra que vou realizar, sempre tenho em mente este pensamento: Porque na América Latina? Na Europa, no início do século, depois da Primeira Guerra Mundial, se desenvolveu uma série de fatos que conduziu ao naufrágio da democracia. Os ideais, as ilusões que surgiram no Tratado de Versalhes, logo se diluíram frente aos graves problemas sociais, econômicos e políticos que estavam vivendo os países: primeiro os vencidos e depois também os vencedores. A derrota, a ruína, a deterioração do sistema democrático na Alemanha, que foi o grande país vencido no que eles chamaram “Ditado de Versalhes”, se estendeu rapidamente aos outros países, e com o regime de Vichy, chegou a pôr uma cruz ao sistema democrático que parecia definitiva, precisamente no berço da democracia, na República francesa.

Quando deflagrou a Segunda Guerra Mundial, em 1 de setembro de 1939, parecia que a democracia no Continente europeu estava definitivamente destinada a desaparecer. O sistema democrático havia sido substituído por regimes autoritários; primeiro na Itália, em seguida na Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia. Os países que foram ocupados pelo Eixo e no extremo ocidental, na Península Ibérica, Espanha e Portugal, estavam governados por regimes que não eram precisamente democráticos.

Quando a guerra se desenvolveu, o impulso das forças antidemocráticas parecia que não poderia ser contida e a rendição de Vichy foi um momento de amargura, de dor e de tristeza para todos os amantes da liberdade e do sistema democrático no mundo. Parecia realmente que este sistema estava

condenado a passar como uma ilusão que os povos mais cultos do mundo não foram capazes de conservar.

Havia caudilhos antidemocráticos que ganhavam prestígio. Por exemplo, um León Degrelle, com o “Grelismo” na Bélgica, ou um Zerol de Asmosly, que chegou a estabelecer as posições dos inimigos tradicionais da Grã-Bretanha no Reino Unido. Só a Guerra, com a presença dos Estados Unidos, que demonstrou que um sistema democrático poderia ser capaz de produzir riquezas, de produzir canhões, de produzir armas de toda espécie, sobretudo de entusiasmar as pessoas para lutar pela liberdade, foi o que definiu o mundo e, especialmente, a partir do grande Continente europeu, os princípios do sistema democrático.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial a democracia voltou à Europa. E parece mentira, mas quando se conversa com as figuras destacadas dos países que estiveram durante muitos anos sob o domínio de governos totalitários, é como se aquilo nunca houvesse existido, como se a democracia houvesse sido seu sistema permanente de vida. Como se eles se sentissem não somente obrigados, algo muito construtivo, a colaborar, a apoiar e a estimular o sistema democrático em nossos países, mas como se sentissem obrigados a dar conselhos paternais como puderam dar àqueles que nunca passaram pela aventura trágica do autoritarismo, que viveram os povos mais civilizados, precisamente, na primeira metade do século XX.

Na América Latina a questão é distinta.

A independência na maioria de nossos países foi o resultado de confrontos sangrentos. Meu País, a Venezuela, tinha, segundo o viajante francês Francisco de Pons, um milhão de habitantes no início do século XIX e sua população foi reduzida, pelo menos em 25%, como consequência dos dez anos de guerra cruel que transcorreu desde 1811 até 1821.

Esse resultado trouxe consigo uma série de consequências. Uma delas é que os próceres, os libertadores, se sentiram com o direito de exercer o governo quase que por direito divino, quase que por missão que lhes cabia pelo mérito de terem sido condutores dos povos à conquista da independência.

Independência e liberdade, dois ideais que estavam juntos e que tanto Andrés Bello como Simón Bolívar, as duas grandes figuras do pensamento venezuelano e latino-americano, souberam perfeitamente distinguir. Andrés Bello disse “que a Liberdade havia sido o aliado estrangeiro que combatia sob as bandeiras da independência”. Bolívar, em um momento de decepção, em sua mensagem ao Congresso que chamou Admirável, reunido em Bogot-

tá em 1830, expressou aquela frase dolorosa: “me ruborizo ao dizer, a independência é o único bem que temos conquistado às custas dos demais”, e ele agregava: “mas ela nos serve de caminho e de possibilidade para conquistar os outros bens e espero que assim o seja”.

Realmente a luta pelo estabelecimento do sistema democrático, no seu verdadeiro sentido, tem sido longa e difícil na maioria dos países da América Latina. Alguns padeceram menos, outros com maior força. Mas nem sequer o Chile, que teve o Magistério de Andrés Bello, através da presença de uma geração de patricios responsáveis pela orientação filosófica, jurídica e diplomática dessa grande figura que foi o sábio Andrés Bello, pôde livrar-se, no começo do século XX, de rupturas de ordem constitucional, de presenças e de interrupções que foram baseadas na força e que desconhecaram o sistema democrático em sua verdadeira essência.

O que é a democracia? Governo do povo.

Em que consiste o governo do povo? Chegamos a concordar que esse governo do povo, que esse sistema democrático, reside fundamentalmente em elementos essenciais: primeiro, que os governantes são escolhidos pela vontade dos cidadãos. Todavia, discutimos de forma irada sobre a pureza e a eficácia desses sistemas eleitorais. Mas, com todos seus defeitos, estes sistemas eleitorais são os que escolhem e designam aqueles que estão encarregados de governar os povos.

Mas não é apenas a eleição dos magistrados pelo voto popular o que determina o sistema democrático. Há outros elementos fundamentais. Um deles é a liberdade de cada um para escolher, não somente os que devem governá-los, senão os princípios e normas com os quais devem governar. Essa é a liberdade dos partidos políticos. O direito de organizar-se em grupos que sustentem determinados princípios, o direito de participar organizada e acontecimentos da vida social. Mas existe outro elemento que é fundamental e muito atual: a defesa dos direitos humanos. Sem dúvida, muitos de boa fé, e outros não, movidos por determinados interesses, chegam a utilizar este elemento como um fator de luta e propaganda.

O que são direitos humanos? Todos os direitos são humanos. O direito por si só é uma qualidade do homem, é um atributo do ser humano. Mas, usando uma frase, que poderia imitar aquela de Orwell, “há uns que são mais humanos que outros”. Quais são os direitos mais humanos? O direito à vida, o direito à liberdade, o direito à integridade pessoal. E alguns vão transmitindo o conceito de direitos humanos muito mais além, até todas as

declarações de direitos individuais e sociais que se assemelhem à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, que na França foi aprovada na Revolução de 1789, e veio a estabelecer-se como carta fundamental nas constituições políticas dos países.

O certo é que a democracia não é entendida como um sistema de governo inconveniente. Nos dói muito, apesar de que tenha fundamento a ironia, a frase atribuída ao Primeiro-Ministro Winston Churchill que “a democracia é o pior dos sistemas, se excluirmos todos os demais”. Não é que gostamos da democracia porque seja o menos pior, é porque precisamos dela, como diz o preâmbulo da Constituição venezuelana de 1961, como o único sistema compatível com a liberdade, com os direitos humanos e com a integridade dos povos. Estamos lutando pela democracia. E essa luta tem sido difícil e cruel.

O século que está terminando tem visto com surpresa como o sistema democrático, em determinado momento, parecia naufragar em quase todos os países da América Latina: nas nações mais importantes, nas de melhor tradição institucional, nas de maior acervo cultural, naquelas nas quais havia sobressaído a inteligência e havia se projetado, a grandes níveis, a educação. Nesses países também se quebrou o sistema democrático e pareceu invocar-se o princípio de que para conseguir os altos fins do Estado era necessária uma autoridade que não estivesse submetida a limitações de nenhuma espécie, senão que se impusesse pela força.

Essa situação sem dúvida foi angustiante, e profundamente dolorosa. Como se os problemas sociais que ficaram sem solução fossem o motivo, e na realidade o pretexto, de que as ações de força substituíssem o sistema jurídico e impusessem pessoas e normas que estavam acima de todos os canais estabelecidos juridicamente, e exercessem o poder ilimitado, que os levou em alguns casos a situações tão dolorosas que não podemos entender.

Os países mais admirados do nosso Hemisfério pareciam açoiados pela corrente que rompia as instituições democráticas e estabelecia como dogma que, para resolver os grandes problemas sociais que vivíamos, para poder estabelecer a convivência no meio das desigualdades sociais e das injustiças existentes, era necessário um regime férreo, uma situação de força através da qual eram impostas, de uma maneira dura e impiedosa, as normas indispensáveis para levar adiante a existência do país.

Soluções de força foram adotadas por quase todos os países da América Latina. Governos comandados por homens produto da força se impuseram, sob o pretexto de que os problemas não puderam ser resolvidos pela democracia. O resultado foi que, depois de aproximadamente uma década, os



problemas continuavam iguais ou mais graves, e os governos estabelecidos como solução mágica para resolvê-los tiveram que entregar novamente o poder aos governantes eleitos pelo povo para que eles o recebessem como um ferro quente nas mãos, já que não podiam manter aqueles que haviam assumido à força. Estamos vivendo o renascer do sistema democrático na América Latina. Mas, sem dúvida, esta democracia reconquistada não está isenta de perigos nem de ameaças. Muitas das democracias estabelecidas, de vez em quando, demonstram uma fragilidade que nos inquieta e que nos perturba. Essa fragilidade aparece principalmente baseada em dois fatores: um, os problemas econômicos que não foram resolvidos e os problemas sociais, muitos deles, que se agravaram consideravelmente. Existe contudo uma base humana instável e inquieta de populações que não puderam satisfazer o direito fundamental que é o direito à alimentação e o direito à vida. Direitos como o da moradia, o direito à saúde, o direito à educação são fundamentais em qualquer país. Outro fator, que ainda existe em alguns de nossos países, é a presença das forças militares – são e devem ser a garantia fundamental da institucionalidade – que não estão definitivamente curadas da tentação à aventura, levando alguns conselheiros a quererem, para seu próprio proveito ou pelas próprias convicções, tirá-las da missão que lhes corresponde institucionalmente.

Devo reconhecer a esse respeito um elemento que por um lado nos causa satisfação e por outro não deixa de inquietar-nos. Grande parte da volta do sistema democrático à América Latina não provém da própria América Latina, vem, em boa parte, da influência que os Estados Unidos da América, suas Forças Armadas e seus mecanismos diplomáticos têm exercido sobre os governos de nossos países. Houve uma época na qual os golpes militares, os atos de forças que rompiam as instituições democráticas, eram inspirados pelo Pentágono, de Washington, e conduzidos por uma diplomacia equivocada.

Os governos de força eram os que pareciam mais amigos e, infelizmente, alguns deles, por serem mais dóceis, recebiam um apoio que não era dado aos que tomaram uma atitude mais distanciada. Chegou a se estabelecer a esse respeito uma ironia, que escutei pela primeira vez na República Argentina. Me perguntaram: "O senhor sabe por que nos Estados Unidos nunca houve um golpe militar?". A resposta foi: "Porque lá não existe embaixada americana".

O certo é que há uma mudança radical que devemos reconhecer e aplaudir. Os Estados Unidos, nos últimos anos, têm tomado uma posição clara e firme. Não importou que Jean Bertrand Aristide fosse considerado

um amigo e partidário de Fidel Castro para que os Estados Unidos tomasse a decisão de apoiá-lo na volta ao poder do qual havia sido demitido pela força. Não houve neste caso vacilações. Tanto presidentes republicanos, como Reagan ou Bush, como presidentes democratas, como Clinton, mantiveram uma posição firme a esse respeito.

Devemos reconhecer que houve lealdade no cumprimento do respeito e do respaldo às instituições democráticas. A mensagem que não somente o Departamento de Estado como também o Pentágono transmitem em suas relações e em suas visitas à América Latina é que não estão dispostos a reconhecer nem a respaldar nenhum governo surgido pela força e que recomendam, encarecidamente, às nossas instituições militares, o apoio às instituições democráticas e a se manterem dentro de seu caminho legal para ter todos os privilégios e todos os direitos atribuídos por sua própria índole.

Mas, desde já, seria injusto e equivocado atribuir o restabelecimento das instituições democráticas na América Latina simplesmente à influência que puderam ter, antes em um sentido e hoje em outro, os Estados Unidos. Fundamentalmente há um fato que é necessário proclamar e sustentar: é a vontade dos povos. Os povos têm sido, persistentemente, partidários da liberdade e da democracia. Cada vez que tem sido derrubado um governo democrático, cada vez que tem sido estabelecido um sistema de força, os povos têm mantido em seu coração, em sua vontade, em suas expectativas e em sua conduta o propósito de defender, de sustentar e de estimular a luta pela volta à liberdade, pela reconquista dos direitos.

Precisamente, falando de meu País, poderia dizer que o século XIX foi um século desta luta constante entre a aspiração do povo e a realidade dos acontecimentos. Os governos surgidos dos sistemas eleitorais começaram a suceder-se uns aos outros, legitimamente, depois da Independência. Quando começaram a romper esses sistemas, quando começaram a estabelecer-se os governos como conseqüências de guerras, algumas vezes muito cruéis, o povo sempre manteve a esperança e a fé na liberdade. No século XX, o governo mais forte que tivemos e o mais fechado, mais severo e mais cruel, que o País conheceu foi o do general Juan Vicente Gómez. Sem dúvida, nos 27 anos de regime ditatorial, o povo sempre manteve, em cada momento, em cada ocasião, em cada ano, a esperança de regresso à democracia. É, não obstante, um período difícil de julgar. Não seria correto, não estaria certo, se disséssemos que o regime foi totalmente negativo.

Houve benefícios. A força estabeleceu, de uma maneira dura, a paz que o País necessitava e por outro lado consolidou uma unidade nacional que

estava se desintegrando como consequência das guerras civis e das suas precedentes. Mas a que preço se conseguiu isso?

Um professor, um catedrático célebre, que foi professor de meu pai, para que os rapazes entendessem o que significava o benefício da paz e porque a Venezuela havia aceitado a tirania para assegurar a paz, recorria a uma metáfora muito significativa. Dizia: “Há um pequeno povoado perto do Tocuyo que se chama Pozo Salado, e nesse povoado há uma mulher que se chama Paz; é feia, é manca, é torta, tem muitos defeitos mas eu lhes digo, jovens, paz ainda que seja a de Pozo Salado”. Quer dizer, o povo aceitava a paz ainda que fosse uma paz mal feita, ainda que tivesse todos os defeitos e todas as imperfeições. A luta pela paz foi um dos elementos fundamentais para que se aceitasse, contra a vontade e a um alto preço, o sistema antidemocrático.

A Venezuela lutou muitas vezes pela conquista da liberdade. Quando caiu o regime do General Guzmán Blanco, alguns anos antes, aquela geração que havia estado nas prisões por sua rebeldia universitária, durante o governo daquele ditador ilustrado, inegavelmente progressista, mas também cheio de culpas, acreditou que havia chegado a alvorada da liberdade. Começaram a aparecer os livros que auguravam uma nova era, tais como a filosofia constitucional de José Gil Fortoul. Ao cabo de pouco tempo voltamos ao mesmo passo e se retornou à situação na qual parecia unicamente válida a tese que Dom Laureano Vallenilla Lanz chamou o “Gendarme necessário”, em um livro baseando-se em uma história da civilização ibérica escrito por Ribeira Martins intitulado “*Cesarismo Democrático*”. Juan Vicente Gómez encarnou esse “Gendarme necessário”.

A luta pela democracia foi interminável.

A morte do ditador começou o processo de transformação, busca e afirmação dos valores da liberdade. Ao general Eleazar López Contreras, sucessor de Gómez, coube abrir as comportas da mudança. Mas depois disso retornamos aos golpes de força. O de 18 de outubro de 1945, inspirado, sem dúvida, em uma série de aspirações e de idéias cheias de vontade, criou as bases para um regresso à ditadura militar três anos mais tarde.

Recomeçou em 24 de novembro de 1948 um sistema no qual a vontade do tirano era a norma fundamental da vida política. Mas também a vontade do povo, em sua busca por liberdade, não cessou e desde 23 de janeiro de 1958 estamos desfrutando de um sistema democrático imperfeito, complicado, com todos os questionamentos que podem ser feitos, mas baseado essencialmente na vontade popular, na eleição dos governantes pelo sistema

de sufrágio, no respeito ao direito de cada um de organizar-se e expressar-se na corrente ideológica ou política que seja de sua preferência.

Na Venezuela a experiência foi longa e dolorosa, e por isso é válida para muitos outros países que não passaram tanto tempo como nós pelas forças caudilhas da ditadura e da tirania. Desde 1958 um grande consenso nacional nos levou a elaborar uma Constituição que tem sido, até agora, a única que tem durado mais de 30 anos e que tem resolvido os problemas mantendo o sistema fundamental de direitos humanos.

Quando a democracia naufragava em países irmãos, a Venezuela mantinha, para surpresa, como se tratasse de um milagre, o sistema democrático que havia conquistado e estabelecido a partir de 23 de janeiro de 1958. Muitos cidadãos ilustres de países de grande tradição, amigos do nosso, e que nos haviam dado sempre exemplo de respeito aos direitos humanos e às garantias políticas e sociais, tiveram que encontrar asilo em nosso País.

Hoje estamos enfrentando, como todos os países do mundo, a questão que se estabelece em muitos fóruns e que seria motivo para muitas conferências e investigações: a governabilidade da democracia. Realmente, como alguns pretendem, o sistema democrático é ingovernável? A resposta mais acertada que temos escutado a esse respeito é que a democracia tem imperfeições, mas suas imperfeições podem e devem ser resolvidas dentro da mesma democracia.

É necessário, neste sentido, que seja a resposta do povo, a responsabilidade do povo, o encontro de todos os setores, a participação de todos os grupos da sociedade civil, os encarregados de restabelecer a saúde e o êxito das instituições democráticas. Indubitavelmente nos encontramos diante de uma exigência que se impõe a todos os cidadãos. Porque são eles os que têm que orientar suas forças, canalizar suas inquietações e inclusive seus protestos, que são legítimos, enquanto não se desviem ou tomem caminhos impróprios.

Uma vez, há muitos anos, quando eu era estudante, conversava com um velho engenheiro inglês, que era cliente de meu pai em seu *buffet* e eu lhe expressava minha admiração pela política britânica. Essa admiração, que nós venezuelanos herdamos de Bolívar, se dá porque o Libertador, em seus documentos fundamentais, professou uma grande admiração pela política britânica. E quando eu lhe perguntava a que se devia que a política britânica tivesse em muitos aspectos um comportamento exemplar, me deu uma resposta que eu creio vigente e de grande importância para todos nós. Disse: “É que em meu País os homens honestos são tão audazes como os astutos”.

Infelizmente, em muitas ocasiões e em muitos de nossos países, os homens honestos carecem de audácia, carecem de disposição de arriscar sua comodidade, seus benefícios, para lutar pelos interesses coletivos. É necessário que os homens honestos assumam sua responsabilidade, estejam dispostos a participar nas exigências que a sociedade lhes formula. Isso é indispensável para que a governabilidade da democracia seja uma verdade sólida, uma verdade esperançosa. O certo é que estamos em um momento de grande significado para a América Latina. Estamos reformando as instituições, estamos ampliando e reformando os sistemas econômicos, estamos preocupados em buscar as melhores formas para a convivência social. Estamos, neste momento, atravessando uma situação na qual nos damos conta de que as liberdades políticas não são suficientes; são algo fundamental e indispensável, mas é necessário compensá-las e complementá-las com a justiça social. Isto para nós, no momento atual, constitui uma obrigação inevitável.

Às vezes temos que ver o espetáculo daqueles que usam caprichosamente o direito da liberdade que lhes corresponde como seres humanos e que garantem as instituições democráticas; falam sobre a democracia como se tratasse de algo alheio. E às vezes, no meu País, infelizmente, isto acontece, mostrando os defeitos dos 30 anos de democracia, sem lhe reconhecer algum mérito. Como se antes da democracia tivesse existido um regime perfeito, de liberdades, de honradez e de serviço aos interesses coletivos.

A democracia lutou não somente pela liberdade, mas também pela honestidade e pela prosperidade administrativa. A maioria, e se podia dizer quase a unanimidade, dos regimes de força da América Latina foi corrupta. Os lutadores pela democracia assumiram o encargo de lutar por dois ideais: o da liberdade política e o da probidade, além da luta contra a corrupção na administração pública. Infelizmente, conquistada a liberdade, a luta contra a corrupção se foi fazendo mais devagar e com o tempo a democracia chegou a se corromper. Nesse sentido, temos que realizar um grande esforço para que a governabilidade da democracia seja uma expressão de pureza administrativa.

Estas são algumas considerações sobre um tema que é inesgotável, mas que na verdade somos obrigados a tratá-lo, a trabalhá-lo, a estudá-lo e, principalmente, levá-lo adiante. Promover um entendimento, um acordo, um consenso sólido, efetivo, entre todos os setores sociais, entre todos os grupos humanos, entre todos os setores da administração pública, para que possamos responder aos povos que sonham que a democracia seja seu próprio governo.

Não queria terminar estas palavras sem fazer uma referência a uma lembrança muito grata que o senhor presidente da Sociedade Bolivariana trouxe em seu brilhantes discurso. Trata-se de Pedro Calmón, antigo reitor da Universidade do Rio de Janeiro, a quem tive o privilégio de encontrar em Lima quando estava sendo celebrado o IV Centenário da Universidade San Marcos. Estivemos juntos em uma viagem que fizemos a Cuzco e desde as alturas de Machu Picchu divagamos, conversamos, dialogamos, sobre a situação e o futuro da América. Naquele momento a República do Peru estava sob a mão férrea de um ditador, e muitos outros países da América Latina atravessavam a mesma situação. Pedro Calmón foi um lutador, um idealista, um educador, e me senti comovido quando o presidente da Sociedade Bolivariana citou um livro, que ainda não conheço, no qual Pedro Calmón recorda aquela amizade que nasceu nas alturas onde nascem as águas que vem render seu tributo ao Amazonas.

Para ele minha lembrança e minha admiração. É um dos brasileiros mais brilhantes que conheci e de maior e mais profundo coração. Sinto que nele, como em muitos outros, existe a imagem do que deve ser a educação superior, do que deve ser a universidade: uma instituição orientadora, uma instituição aberta para todas as idéias, uma instituição defensora de todas as liberdades, uma instituição que dê exemplo e normas para que os povos marchem pelo caminho da liberdade e da defesa dos direitos humanos, e também pelo caminho da paz social, do entendimento, da solidariedade e da harmonia entre todos os homens e mulheres.



Imprenta:  
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA  
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230  
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025  
CGC - 00336024/0001-16

**Outros lançamentos da Editora UnB:**

*Einstein estava certo?*  
Clifford M. Will

*A minoria próspera e  
a multidão inquieta*  
Noam Chomsky

*Rejuvenescer a velhice* (2ª edição)  
Maria Laís M. Guidi e  
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

*O texto da notícia*  
Elcias Lustosa

*A potência do dragão*  
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

*Drogas e sociedade nos tempos da Aids*  
Richard Bucher

*Flauta transversa – método elementar*  
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –  
história social nos sertões do Brasil*  
Victor Leonardi

*Amigos traiçoeiros*  
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a  
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)  
David Gueiros Vieira





"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

*Anísio Teixeira*

(Depoimento de Anísio Teixeira ao  
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514